

Recebimento: 25/05/2018

Aceite: 20/04/2020

INDICADORES SOCIAIS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM MATO GROSSO DO SUL

SOCIAL INDICATORS OF TOURIST ACTIVITIES IN MATO GROSSO DO SUL

Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha¹

Luciana Virginia Mario Bernardo²

Luciana Ferreira da Silva³

Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar o comportamento dos indicadores sociais para o mercado de trabalho dos serviços turísticos em Mato Grosso do Sul. Para isso, utilizou-se a metodologia: Avaliação do Ciclo de Vida - ACV, em que se constitui em uma nova abordagem, reconhecida internacionalmente, referente às investigações sociais sobre a produção de produtos e serviços. Observa-se que a vantagem no uso da ACV é a possibilidade de estudar fases específicas do ciclo de vida de um determinado produto ou serviço ou todo o seu encadeamento produtivo. O período de análise foi entre 2006 e 2015, sendo utilizados dados secundários, sobre o emprego formal, obtidos na Relação Anual de Informações Sociais e na Previdência Social. Os indicadores selecionados para uso foram extraídos da UNEP/SETAP (2009; 2011). Dentre os achados da pesquisa, pode-se observar que se manteve o comportamento sobre a existência de diferenças salariais entre homens e mulheres, uma situação corriqueira no país. Ao considerar que Mato Grosso do Sul faz fronteiras com outros países como o Paraguai, houve a necessidade de se conhecer se existem diferenças salariais também, entre brasileiros e não brasileiro, os resultados indicam que há diferenças. Além disso, houve a redução de funcionários sindicalizados nas atividades estudadas e o risco das atividades laborais aumentou, no período de análise. Assim, acredita-se na necessidade de investimento dos empreendimentos do setor turístico, em atividades que contribuam com melhorias para os funcionários, como medida de responsabilidade social.

Palavras-Chave: Turismo. Meio ambiente. Avaliação Social do Ciclo de Vida.

Abstract

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, Brasil. E-mail: mayconds@hotmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo – PR, Brasil. E-mail: lucianamario@yahoo.com.br

³ Doutora em Economia Aplicada (UNICAMP). Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), docente do quadro permanente do Mestrado e Doutorado em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, Brasil. E-mail: lucianadasilva@uems.br

The objective of the research is to analyze the behavior of social indicators for the labor market of tourist services in Mato Grosso do Sul. For this, the methodology used was: Social Assessment of the Life Cycle - LCA, in which it constitutes a new internationally recognized approach to social research on the production of products and services. It is observed that the advantage in the use of LCA is the possibility of studying specific stages in the life cycle of a given product or service or its entire productive chain. The analysis period was between 2006 and 2015, using secondary data on formal employment, obtained from the Annual List of Social Information and Social Security. The indicators selected for use were extracted from UNEP / SETAP (2009; 2011). Among the research findings, it can be observed that the behavior on the existence of wage differences between men and women was maintained, a common situation in the country. When considering that Mato Grosso do Sul borders with other countries like Paraguay, there was a need to know if there are wage differences as well, between Brazilians and non-Brazilians, the results indicate that there are differences. In addition, there was a reduction in unionized employees in the activities studied and the risk of work activities increased during the analysis period. Thus, it is believed that there is a need for investment in tourism sector enterprises, in activities that contribute to improvements for employees, as a measure of social responsibility.

Keywords: Tourism. Environment. Social Life Cycle Assessment.

Introdução

Observa-se que aproximadamente 40% dos atrativos turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul são naturais e ecológicos. Em 2012, o setor registrou o uso de seus serviços no estado por 1.603.722 turistas. Acredita-se que investimentos nas atividades turísticas possam contribuir com a diversificação da economia, tendo em vista que, em parceria com a agricultura e a agroindústria, possibilitaram o aumento do setor terciário. Em 2012, esse conjunto de atividades contribuiu com a arrecadação de 78,37% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Essa receita estadual é responsável pelo pagamento de diferentes serviços públicos executados pelo estado para o atendimento das necessidades da população. Além disso, a região, que é caracterizada pelo bioma Pantanal, é considerada destaque para a utilização do espaço para atividades turísticas, isso devido à sua diversidade ambiental e beleza cênica (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2015).

Por outro lado, considera-se crescente a atenção dada às questões relacionadas à responsabilidade social, bem como a maneira como as empresas atuam na sociedade. Essa ampliação de interesse se deve ao fato de a corrupção vinculada às empresas ser divulgada com maior frequência nos últimos anos e as leis governamentais e regras de mercado não serem efetivas para conter esse problema (BERGAMASCHI; RANDERSON, 2015). O conceito de responsabilidade social foi alterado no decorrer do tempo e em conformidade com a área do conhecimento que a estuda. Dessa forma, elementos como qualidade de vida, interesses coletivos da sociedade, conservação de recursos e alavancagem dos lucros são fatores que passaram a ser considerados na tomada de decisões realizadas nas organizações (POPA, 2015). Contudo, conceitua-se responsabilidade social como o uso de diferentes recursos da organização para fins coletivos, que resultem no atendimento das expectativas dos indivíduos sobre a empresa (FREDERICK, 1979). A questão orientadora da pesquisa é: *—Como está caracterizado o aspecto social das atividades turísticas realizadas em Mato Grosso do Sul?* Esse questionamento aponta para o objetivo de analisar o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho relacionados aos insumos da cadeia produtiva dos serviços turísticos no respectivo estado.

Para isso, foi utilizada a metodologia Avaliação de Ciclo de Vida Social - ACV-S, considerada uma nova iniciativa para análise das características sociais existentes na produção de produtos e serviços. Essa metodologia foi inspirada na Avaliação de Ciclo de Vida Ambiental, o qual diagnostica possíveis impactos ambientais existentes em cadeias produtivas, por exemplo. Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, a qual está vinculada ao emprego formal do país, para as diferentes atividades econômicas desenvolvidas. Foram também utilizadas as informações cedidas pela Previdência Social emitidas pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Os indicadores foram selecionados a partir da indicação realizada pela UNEP/SETAP (2009; 2011).

Contribuições do turismo ao Desenvolvimento Regional

As atividades turísticas constituem um mercado com características de encadeamento horizontal, que atuam de maneira interligada (TRINDADE, 1998). Suas atividades são diversificadas, podendo abranger diferentes atributos, conforme os recursos disponíveis na localidade em que está sendo desenvolvida. Isso possibilita que as diferentes regiões do Brasil possam usufruir dessas práticas para gerar recursos econômicos, de tal modo que o turismo pode incluir características rurais, ambientais, de negócios, cultura, histórica, de esporte, pesca, aventura, entre outros. Denota-se que as políticas desenvolvidas para este mercado têm como objetivo central, reduzir a pobreza existente no país e ainda, realizar o processo de inclusão social. Assim, existe o esforço coletivo para interiorizar as atividades turísticas no Brasil, a partir da diversificação das mesmas. Além disso, existe o empenho para que haja aumento no consumo nacional dos serviços e produtos turísticos e a atração de estrangeiros com a mesma finalidade, resultando na melhoria das condições de vida da população brasileira, via aumento de recursos monetários (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Dentre os benefícios que as atividades turísticas possam proporcionar em relação à redução da pobreza, está a geração de emprego e renda local (DURHAM, 2008; HOEFLE, 2016). Essas atividades quando desenvolvidas no espaço rural, contribuem para a redução do êxodo rural, por gerar recursos que complementam a renda dos proprietários rurais. Sendo assim, auxiliam em seu desenvolvimento socioeconômico e na preservação de elementos culturais das comunidades, reduzindo a necessidade de que os membros familiares se desloquem para o espaço urbano, a fim de conseguirem meios para sobreviver (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015; FAGUNDES; ASHTON, 2016). Além disso, na maioria das vezes, os pequenos empreendimentos turísticos adquirem produtos produzidos no local ou na região em que estão inseridos, beneficiando também o espaço urbano. Essa medida amplia o efeito multiplicador da renda e auxilia no desenvolvimento da região (ANTHOPOULOU; MELISSOURGOS, 2012).

Cabe considerar que o crescimento econômico, neste caso, originário das atividades turísticas realizadas no local, não é condição suficiente para que o desenvolvimento desta localidade ocorra. Porém, este crescimento é uma condição necessária para que existam possibilidades do local superar a pobreza existente e ainda para que haja condições para a produção de um padrão digno para as pessoas (OLIVEIRA; LIMA, 2006). Além disso, investigações anteriores têm demonstrado a importância das atividades turísticas como motores propulsores para a economia regional (MODESTE 1995; PLAZA, 2006; SHARPLEY, 2010). Contudo, Faria (2012) ressalta que para as atividades turísticas consigam êxito como indutoras do desenvolvimento econômico, há condições que precisam ser levadas em consideração. Sendo essas a diversificação das atividades realizadas no local e, ainda, o cumprimento da existência de condições para as práticas turísticas.

Procedimentos Metodológicos

O foco da pesquisa concentra-se nos aspectos sociais envolvidos nos insumos presentes na cadeia produtiva do turismo, pois nesse elo estão concentradas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs que atuam como prestadoras de serviços turísticos. Dessa forma, as atividades econômicas do turismo escolhidas para a coleta de dados são aquelas indicadas pelo IBAMA (2009).

Avaliação Social do Ciclo de Vida (ACV-S)

A ACV é uma metodologia consolidada, principalmente para as questões ambientais (UNEP/SETAC, 2009, 2011). Específico ao ACV-S (Figura 1), ela busca avaliar os aspectos sociais ou socioeconômicos relacionados a determinado produto ou serviço (UNEP/SETAC, 2011). A ACV-S é considerada uma nova forma de avaliar as características sociais presentes na cadeia produtiva (JØRGENSEN, 2013; MACOMBE; LOEILLET, 2013).

Figura 1: Etapas para uso da Avaliação Social do Ciclo de Vida

Fonte: Elaborado pelo autor a partir UNEP/SETAP (2009).

As etapas são caracterizadas como: I- objetivo e escopo: motivação e abordagem da modelagem adotada; II- inventário do ciclo de vida: identificação de dados das entradas e das saídas inseridas na atividade desenvolvida; III- avaliação do impacto do ciclo de vida: associação do inventário do ciclo de vida com categorias de impacto; IV- interpretação do ciclo de vida: cria relação entre as duas categorias anteriores, a fim de identificar possíveis recomendações sobre a análise realizada (UNEP/SETAP, 2009).

Caracterização da ACV-S para o Turismo em Unidades de Conservação para Mato Grosso do Sul

O desenvolvimento do ACV-S está relacionado aos interessados na organização e suas respectivas subcategorias de impacto. Nesta pesquisa estão consideradas as subcategorias de impacto do trabalhador, ou seja, os indicadores estão relacionados às pessoas que desenvolvem as atividades laborais nas empresas (Figura 2).

Figura 2: Subcategorias de Impacto (Indicadores Sociais) para o trabalhador

Fonte: Elaborado pelo autor a partir UNEP/SETAP (2009).

Cada subcategoria é constituída por informações que auxiliam no desenvolvimento do ACV-S. Seguindo as etapas elencadas, o escopo do ACV-S foi realizado a partir dos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, versão 2.0 classe, para unidades de conservação, indicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA (2009), acrescido das atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Esse acréscimo se refere à proximidade da atividade econômica com as unidades de conservação. Infelizmente, informações específicas sobre as RPPNs não são disponibilizadas, mas a partir da indicação do IBAMA (2009), é possível ter um panorama geral das unidades de conservação que podem desenvolver atividades turísticas em seus espaços, estando inclusas as RPPNs. A informação da CNAE está disponível no Quadro 1.

Quadro 1: Códigos da CNAE para o Turismo

Código CNAE	Atividade
5510-8	Hotéis e similares
5590-6	Outros alojamentos não especificados anteriormente
9321-2	Parques de diversão e parques temáticos
9103-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Fonte: IBAMA (2009, p. 35).

Para realizar a CNAE foram coletadas informações para a elaboração do Inventário Social do Ciclo de Vida, sendo utilizados dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho no documento intitulado Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e dados da Previdência Social emitidos pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Ambas as informações se referem ao estado de Mato Grosso do Sul, correspondentes ao período de 2006 a 2015 e 2006 a 2014, respectivamente. Nesses períodos inicia-se o uso da CNAE 2.0 classe, e ali se obtêm as últimas informações divulgadas sobre o assunto. Assim, as subcategorias de impacto analisadas em relação ao trabalhador foram as registradas no quadro abaixo:

Quadro 2: Subcategorias de Impacto Analisadas para Trabalhadores – indicadores sociais

RAIS		
Subcategoria de Impacto	Informações Inseridas no Inventário	Análise
Salário justo	Remuneração mensal	Média salarial anual
Horas de Trabalho	Horas trabalhadas por semana	Faixa média de horas de trabalho
Oportunidades Iguais/Discriminação	Frequência de funcionários por sexo	Mapa temático
	Média salarial e sexo	Percentual de participação na média salarial
	Média salarial e nacionalidade	Relação entre a média salarial e escolaridade
	Média salarial e escolaridade	Número de contribuintes rurais e urbanos
Benefícios Sociais/Seguridade Social	Contribuinte para o Instituto de Previdência	Frequência acumulada
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Indivíduos sindicalizados e não sindicalizados	
DATAPREV		
Saúde e Segurança	Grau de risco da profissão	Histórico de informações, conforme legislação
	Acidentes de trabalho	Frequência acumulada

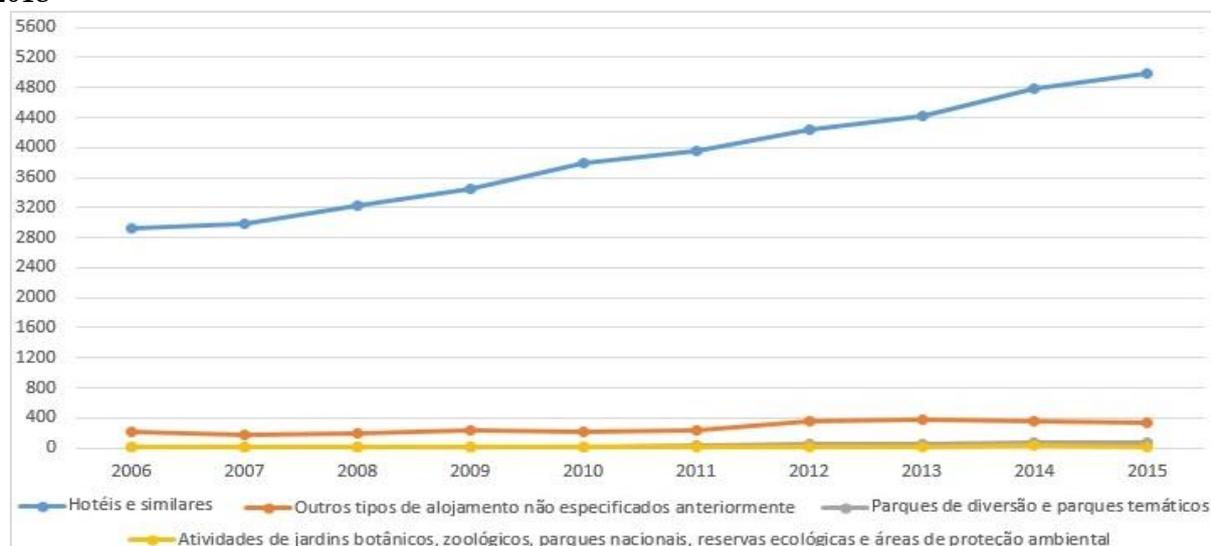
Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Cada uma dessas subcategorias auxiliou na formação do inventário social do ciclo de vida. A comparação entre os dados coletados foi baseada na metodologia de Franze e Citroth (2011). Essa metodologia utiliza um *check-list* para comparar duas organizações. Nesta pesquisa foram comparadas as atividades econômicas de cada elemento considerado nas subcategorias, classificando a informação em escala de cores em quatro níveis. Assim, quanto mais escura a cor, melhor é a informação da subcategoria. As informações inseridas no inventário, em cada categoria de impacto, são consideradas os componentes do *check-list*.

Resultados e Discussão

Caracterização social das atividades turísticas em Mato Grosso do Sul

A Figura 3 traz a distribuição do número de empregos formais por ano do período especificado na pesquisa:

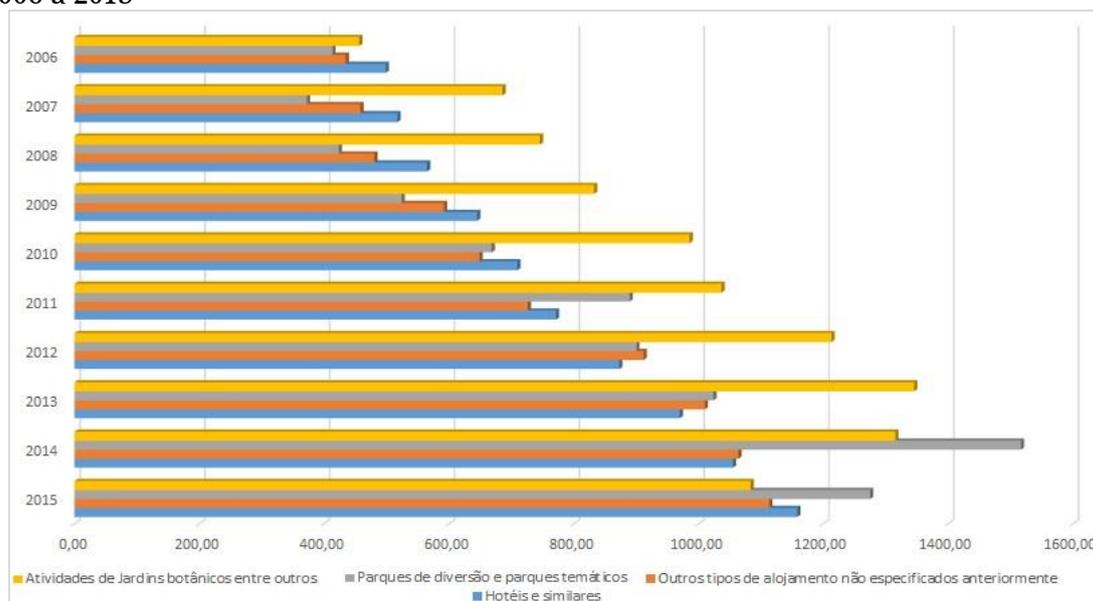
Figura 3: Empregos formais em Atividades Econômicas do Turismo em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015

Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

Os números dos empregos formais são distintos por atividade econômica do turismo no estado. Dentre as atividades econômicas, verifica-se que os de hotéis e similares são responsáveis por criar o maior número de empregos. Para Durham (2008), Stronza (2008) e Hoefle (2016), as contribuições realizadas pelas atividades turísticas para a geração de emprego formal se vinculam às pessoas residentes nas localidades em que as atividades são desenvolvidas.

A Figura 4 traz as informações a respeito das médias salariais:

Figura 4: Média anual de salários em R\$ para trabalhadores do setor turístico em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015



Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

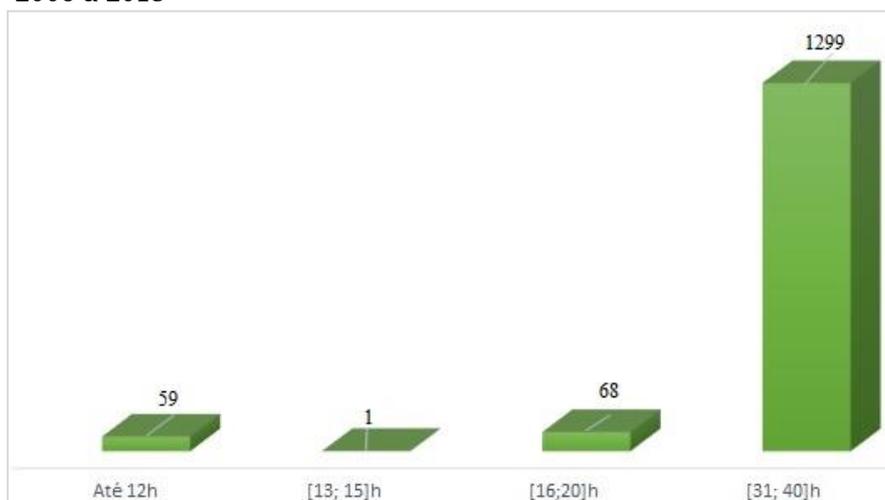
A média salarial entre 2007 e 2013, para a atividade de jardim botânico entre outros, é maior que as outras atividades econômicas. A diferença entre os valores é maior que 50%, sendo seu ápice em 2011. Em relação à atividade de parques de diversão e de parques temáticos, o percentual superou 80%. Após esse ano, a média salarial dos funcionários de parques de diversão e parques temáticos tornou-se um diferencial em relação às outras.

Em relação ao tempo em que os funcionários atuam no mesmo emprego, a atividade de hotéis e similares teve a maior concentração em 2015, no período trabalhado de 6 a 11,9 meses. Na atividade dos outros serviços de turismo, o ano em que está a maior concentração é o mesmo, contudo o período de tempo trabalhado foi de até três meses. Em parques de diversão e parques temáticos, os anos de 2013 e 2015 apresentam a mesma frequência, sendo esta a maior na atividade, em que o período trabalhado correspondeu ao intervalo de 3 a 5,9 meses. Em atividades de jardins botânicos, entre outras, o ano é 2007, no período de trabalho de 60 a 119,9 meses.

Diante do exposto, supõe-se, pelo curto prazo das atividades laborais, que exista uma alta rotatividade. Um dos possíveis fatores pode ser o salário pago aos funcionários, tendo em vista que o maior período trabalhado nas empresas (2007) está localizado na atividade melhor remunerada. Para que haja uma melhoria na qualidade dos serviços turísticos prestados, conforme indicaram Eichenberg e Silva (2013), é necessário reduzir a rotatividade.

A Figura 5 demonstra a distribuição de funcionários que trabalham até 40 horas semanais, na qual pode ser observado que há predomínio no horário entre 31 e 40 horas de trabalho.

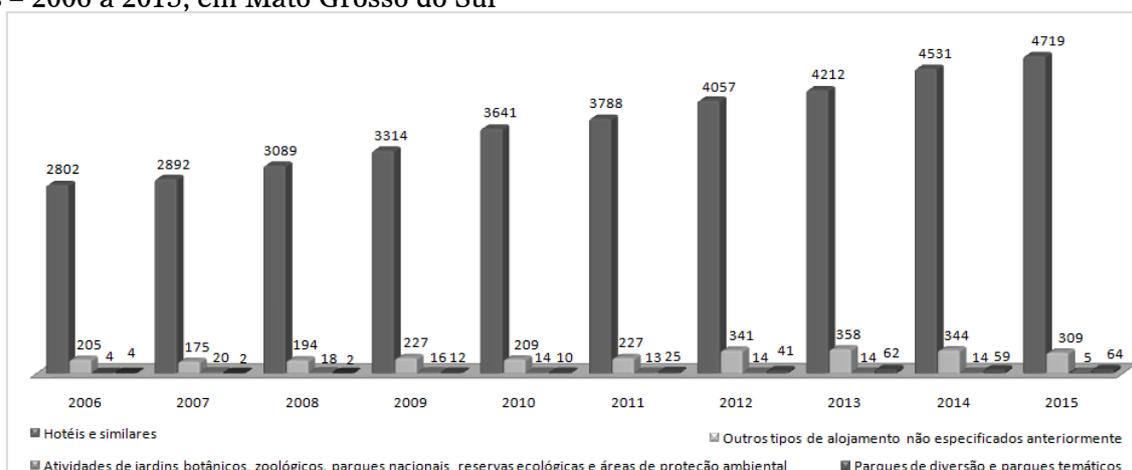
Figura 5: Distribuição de funcionários por horas trabalhadas em empresas do setor turístico de Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015



Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

Dentre as categorias temporais disponíveis e menores que 41 horas de trabalho semanais, foram identificadas quatro categorias. Na maioria dos casos, os profissionais atuam na atividade econômica de hotéis e similares (98%). A Figura 6 informa sobre a categoria de 41 a 44 horas semanais.

Figura 6: Distribuição de funcionários atuantes no setor turístico, no intervalo temporal - 41 a 44 horas – 2006 a 2015, em Mato Grosso do Sul

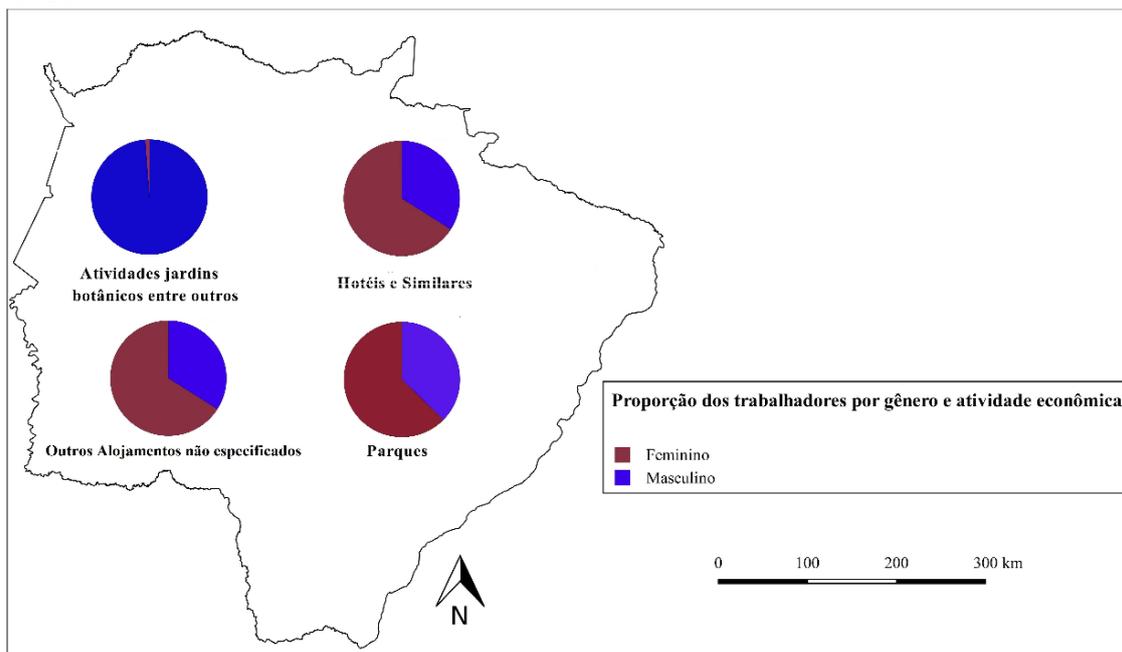


Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

A categoria de 41 a 44 horas de trabalho é aquela que possui a maior frequência de atuação profissional e abrange todas as atividades econômicas em todos os anos analisados. Essa carga horária laboral é condizente com a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, pois essa legislação definiu uma jornada de trabalho não superior a 44 horas semanais. Não foram registradas pessoas com trabalho superior a 44 horas.

Para a categoria oportunidades iguais/discriminação foram selecionadas os números de empregos formais para os gêneros feminino e masculino, e adicionados os valores para o período de análise (Figura 7).

Figura 7: Empregos formais do Turismo por gênero e atividade econômica de Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015



Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

O resultado acumulado por gênero para os empregos formais representa cenários distintos. A diferença entre a participação de cada gênero pode estar relacionada às necessidades das atividades econômicas. Contudo, cabe ressaltar que a atividade de jardins botânicos entre outros é a que apresentou a melhor média salarial na maioria dos anos da pesquisa, e é aquela com a menor participação feminina. A Tabela 1 complementa a informação sobre os empregos por gênero ao retratar a diferença percentual entre a média salarial dos gêneros masculino e feminino, para o estado de Mato Grosso do Sul no período da pesquisa.

Tabela 1: Participação Percentual da Média Salarial Feminina na Média Salarial Masculina, por atividade econômica turística – 2006 a 2015

Atividade Econômica	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Hotéis e similares	81	8	82	8	84	8	8	8	83	8
Outros alojamentos não especificados anteriormente	89	9	91	9	96	5	4	8	81	4
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	93	7	53	6	58	5	6	5	65	6
Parques de diversão e parques temáticos	211	1	96	8	117	9	8	8	112	8

Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

Observa-se, com a exposição dos dados, que, na maioria dos casos, o gênero masculino tem média salarial maior que o gênero feminino. Em nenhuma situação houve igualdade salarial. As atividades em que a média salarial feminina é maior, em alguns anos, são relativas a parques de diversão e a parques temáticos. Observa-se também que as atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental são aquelas com menores percentuais, ou seja, ali ocorre a maior diferença na média salarial. Considerando a tendência para a expansão das atividades turísticas no mundo, como apontado por UNWTO (2011), evidencia-se que as diferenças salariais entre homens e mulheres precisam ser reduzidas e, conseqüentemente, extintas.

Outro aspecto observado é a média salarial relacionada à nacionalidade dos indivíduos atuantes no setor turístico. No estado de Mato Grosso do Sul, essa característica pode ser ainda mais interessante, isso devido ao fato de fazer fronteira seca com o Paraguai. A Tabela 2 indica a relação entre a média salarial de nacionalidades pertencentes à América Latina e o Haiti em relação aos brasileiros. As localidades foram escolhidas devido à proximidade com o Brasil e pelo aumento do fluxo de imigração dos haitianos para o país.

Tabela 2: Participação Percentual da Média Salarial por Nacionalidade na Média Salarial dos Brasileiros, em atividades turísticas em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015

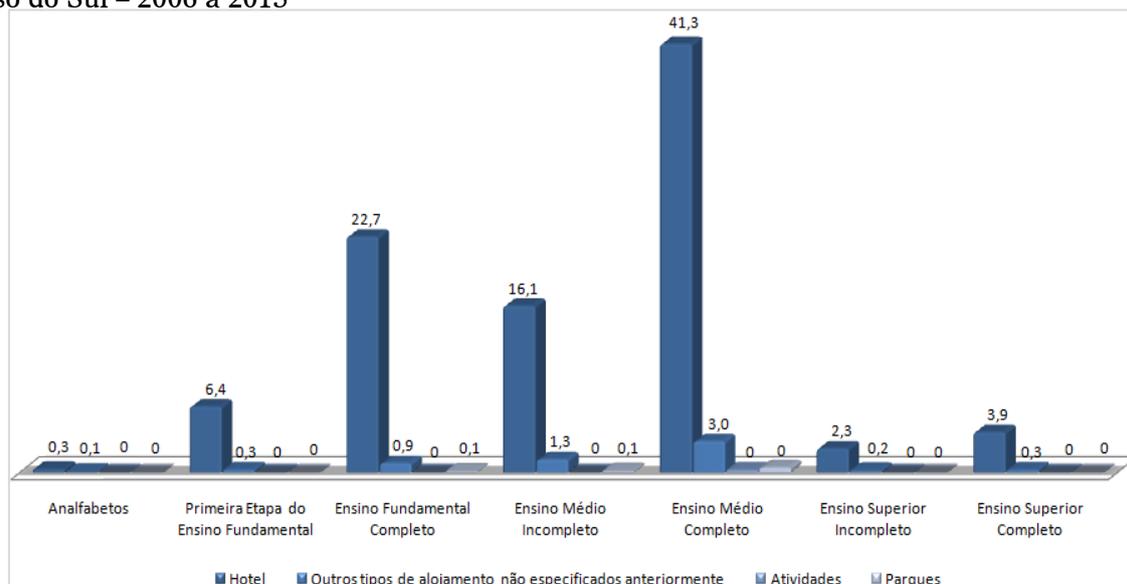
Paraguai	0	0	0	0	1	1	1	1	1	
	6	7	8	9	0	1	2	3	14	5
Hotéis e similares	7	7	7	9	8	8	8	7	8	
Outros alojamentos não especificados anteriormente	6	7	7	5	1	6	4	7	83	2
Haiti	-	-	-	-	-	-	-	1	68	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Hotéis e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	93	4
Outras Nacionalidades Latino-Americanas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hotéis e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	104	-
Naturalizado Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-
Hotéis e similares	-	-	-	-	-	-	2	-	78	-

Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

A partir da tabela é possível perceber que outras nacionalidades atuam nas atividades econômicas do turismo, geralmente em hotéis e similares. Dentre as atuações laborais, percebe-se que, na maioria dos casos, a média salarial é inferior àquela paga a brasileiros. Apenas a categoria das outras nacionalidades latino-americanas teve média salarial maior. A variação da média pode estar relacionada à região do estado em que foram desenvolvidas as atividades por não brasileiros.

Outro aspecto observado é o percentual de funcionários em cada etapa escolar, no total do período estudado (Figura 8).

Figura 8: Percentual de funcionários por etapa escolar em atividades turísticas realizadas em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015



Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

A partir da figura percebe-se que existe a presença de funcionários em cada etapa da escolarização, contudo o diferencial está em profissionais com ensino médio completo, isso ocorrendo em todas as atividades econômicas. Outro fator a ser considerado é que o percentual de

profissionais com ensino superior incompleto ou completo é menor que nas outras etapas, como as do ensino médio incompleto ou do ensino fundamental completo. Essas características indicam que as exigências escolares para atuação no setor são reduzidas. De forma geral, os poucos pré-requisitos necessários para o desenvolvimento das atividades turísticas, como observado por Getz e Carlsen (2005) e Ateljevic (2005), são evidenciados em relação à formação escolar dos profissionais.

No Brasil, a seguridade social está baseada em três pilares: previdência social, assistência social e saúde pública, conforme indica o artigo 194 da Constituição Federal. Dentre esses esteios, a previdência social está relacionada diretamente às organizações. A Tabela 3 demonstra as características das contribuições realizadas pelas atividades econômicas estudadas, por meio do vínculo empregatício relacionado à CLT:

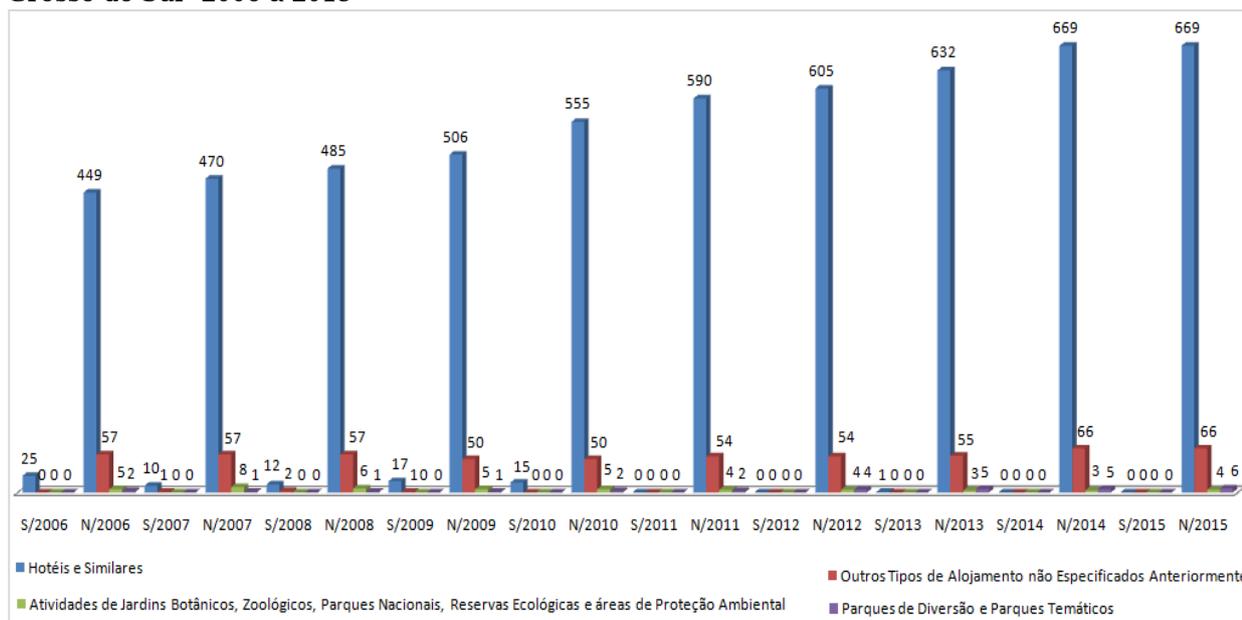
Tabela 3: Contribuições para a previdência social por atividade turística em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2015

Atividade Econômica	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Hotéis e similares	2.889	2951	3.167	3.373	3.672	3.827	4.122	4.286	4.714	4.894
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	209	175	200	239	217	234	355	371	359	325
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0
Parques de diversão e parques temáticos	4	2	2	12	10	25	43	62	72	61

Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

Os valores contidos na tabela demonstram que a forma de contratação dos profissionais atuantes nas atividades econômicas estudadas, na maioria das vezes, está vinculada à CLT e por tempo indeterminado de contratação. O cenário indica que deve existir o pagamento da seguridade social para a aposentadoria, contudo a pressão dos *stakeholders* sobre empreendimentos, como os clientes, em relação a investimentos sociais, descrita por Melé (2008), pode ser uma alternativa para a melhoria desse cenário. Possibilitando a divulgação de informações sobre o pagamento de outros benefícios sociais.

A filiação dos profissionais atuantes nas atividades turísticas nos sindicatos pode contribuir com avanços dos benefícios recebidos pela categoria e na mediação entre a relação de patrões e funcionários. As informações indicam a participação dos profissionais (Figura 9).

Figura 9: Participação em Sindicatos dos funcionários por atividade turística realizada em Mato Grosso do Sul- 2006 a 2015

Fonte: elaborado pelos autores a partir da Rais (2017).

Em todas as atividades econômicas, nos anos estudados, o número de estabelecimentos não sindicalizados é maior que aqueles que participam dessas atividades. Além desse fato, decorre que, na maior parte do período, a atividade econômica de hotéis e similares é aquela com maior participação. Existem benefícios na participação de sindicatos da categoria, contudo o mesmo tem custo para seus filiados. Considerando a média salarial identificada nas atividades econômicas, o custo da filiação pode ser motivo para a baixa participação.

A princípio, identificou-se o grau de riscos de acidentes para as atividades econômicas estudadas (Tabela 5):

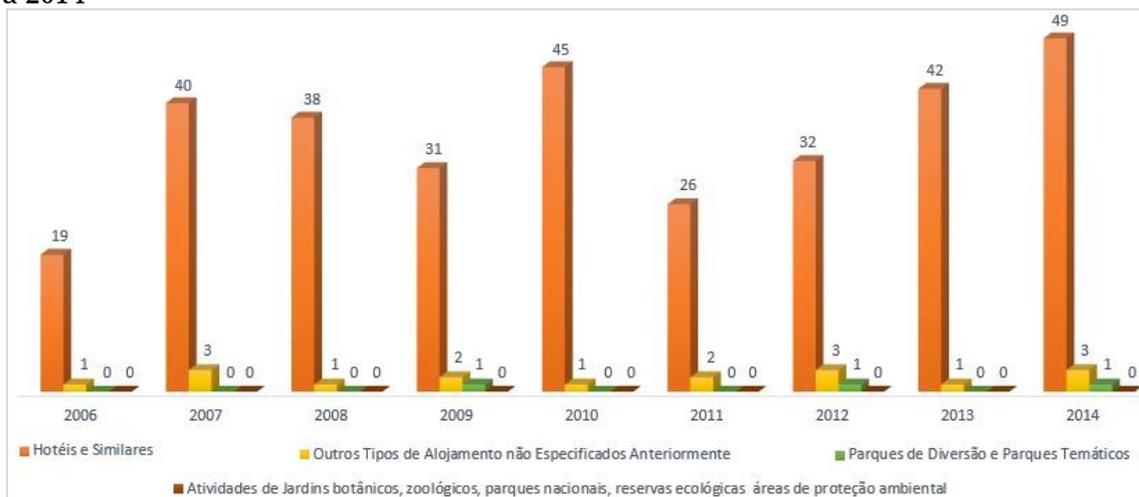
Tabela 5: Grau de Riscos de Acidentes por atividade turística – 2007 e 2008

Código Cnae	Atividade	Decreto 6042/07 – Grau de Risco	Portaria n. 76 – 2008 – Grau de Risco
5510-8	Hotéis e Similares	1	2
5590-6	Outros alojamentos não especificados anteriormente	1	2
9321-2	Parques de diversão e parques temáticos	1	2
9103-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	1	2

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Brasil (2007; 2008).

Observou-se que, no decorrer de um ano, houve alteração no grau de risco de acidentes para as atividades econômicas, tornando este maior e mais próximo do maior grau - 3. Além disso, nesse componente do inventário foram identificados os números de acidentes de trabalho que ocorreram no período de 2006 a 2014 (Figura 10):

Figura 10: Frequência de Acidentes no Trabalho por Atividade Econômica em Mato Grosso do Sul – 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelos autores a partir da Dataprev (2017).

A atividade econômica hotéis e similares concentrou a maioria dos acidentes de trabalho, destacando-se os anos de 2007, 2010, 2013 e 2014, em que a frequência foi maior em relação aos outros anos. Os anos em destaque totalizam números maiores que 40 acidentes de trabalho. Maiores investimentos em segurança no trabalho podem prevenir esses acidentes.

Comparação dos resultados sociais das atividades turísticas em Mato Grosso do Sul

O Quadro 3 traz a comparação entre as variáveis observadas na pesquisa, de forma a identificar a diferença entre o primeiro e o último ano de divulgação das informações sociais sobre as atividades turísticas de Mato Grosso do Sul. Denota-se que o quadro está dividido em duas partes, isso devido às características das variáveis.

Na primeira parte, observa-se que, quanto maior a diferença entre os valores do último e do primeiro ano, tanto mais se considera a situação adequada, pois pode significar avanços para os trabalhadores do turismo em Mato Grosso do Sul. Esses avanços estão relacionados ao aumento no valor pago pelos salários e meses de trabalho, podendo indicar que os trabalhadores possuem melhores condições no local das atividades laborais e por isso ficam período maior de tempo no empreendimento.

Outros aspectos observados são o aumento do número de pessoas que contribuem com a seguridade social e do número de indivíduos sindicalizados. Em relação ao primeiro, observa-se que houve aumento no quantitativo de contribuintes em cada atividade econômica, em diferentes proporções. O aumento na seguridade pode representar que esses indivíduos tenham maior segurança financeira em relação a períodos em que ocorram acidentes de trabalho e na aposentadoria. Diferentemente, contudo, o número de indivíduos sindicalizados foi reduzido no período, o que pode ser um indicativo negativo, pois os sindicatos tendem a articular ações para beneficiar os trabalhadores. Nas atividades econômicas de outros tipos de alojamento não especificados anteriormente e hotéis e similares, foram observados resultados negativos em comparação com o número de sindicalizados resultantes da diferença entre o último com o primeiro ano. Dessa forma, a melhor situação em relação aos sindicalizados é referente àquelas atividades que mantiveram o quantitativo de pessoas sindicalizadas, porém esse cenário não representa a situação ideal.

Na segunda parte do quadro observa-se que, quanto menor é a diferença entre os valores do último e do primeiro ano, tanto mais adequada é a situação, tendo em vista que pode indicar situações de redução de desigualdades entre trabalhadores. Além disso, não foram incluídas as informações sobre salário médio e nacionalidade, pois não foram identificados os profissionais com essa característica em todas as atividades econômicas. Pode-se notar que existem diferenças entre o número de trabalhadores por gênero e a média salarial paga aos funcionários. Em relação à média salarial, o gênero e a escolaridade completa, pode-se constatar que a menor diferença percentual entre o primeiro e o último ano da média salarial, ocorreu em hotéis e similares. Observa-se que

para o ensino fundamental e o ensino superior, o aumento percentual para o gênero feminino é ligeiramente superior ao observado para o gênero masculino.

Além disso, sobre o grau de risco das atividades econômicas estudadas, houve aumento nesse grau, podendo indicar a necessidade de ações em prol da segurança dos trabalhadores, tendo em vista que a atividade se tornou com maior risco. Isso se refere principalmente à atividade econômica em hotéis e similares, pois é aquela com o maior aumento no quantitativo de acidentes laborais. Depreende-se, ainda, que a melhor situação observada, dentre as atividades econômicas estudadas, está voltada para as atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Mesmo não sendo possível identificar a comparação em relação a Salário, ao Gênero e à Escolaridade Completa, devido à falta de informações no ano de 2006, a atividade apresenta melhores resultados em um volume maior de variáveis observadas, se comparada a outras atividades econômicas.

Quadro 3: Comparação entre os dados sociais das atividades relacionadas ao turismo de Mato Grosso do Sul – 2007 a 2015

Diferença entre o valor do último e do primeiro ano	Atividade Econômica			
	HS	PDPT	AJB	OTA
Subcategoria de Impacto: Salário Justo				
Salário*				
Meses de trabalho*				
Subcategoria de Impacto: Benefícios Sociais e Seguridade Social				
Contribuinte**				
Subcategoria de Impacto: Liberdade Associação				
Sindicalizados**				
■ Diferença 4 ■ Diferença 3 ■ Diferença 2 □ Diferença 1 (quanto maior a diferença, entre os anos, melhor)				
Diferença entre o valor do último e do primeiro ano	Atividade Econômica			
	HS	PDPT	AJB	OTA
Subcategoria de Impacto: Horas de Trabalho				
Horas de Trabalho*				
Subcategoria de Impacto: Oportunidades Iguais/Discriminação				
Gênero**				
Salário e Gênero *				
SGE**				
Subcategoria de Impacto: Saúde e Segurança				
Grau de Risco**				
Acidentes de trabalho**				
■ Diferença 1 ■ Diferença 2 ■ Diferença 3 □ Diferença 4 (quanto menor a diferença, entre os anos, melhor)				
* Média; ** Número e □ não comparado devido falta de informação HS: hotéis e similares; PDPT: parque de diversão e parques temáticos; AJB: atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental, OTA: outros tipos de alojamento não especificados anteriormente e SGE: Salário, Gênero e Escolaridade Completa.				

Fonte: elaborado pelos autores a partir da RAIS (2017) e DATAPREV (2017).

Para Kanji e Chopra (2010), a sociedade passou a observar as organizações a partir dos vieses econômico, social e ambiental. Essa mudança decorreu da globalização e da facilidade com que as pessoas passaram a acessar as informações. Essa percepção possibilita que novas exigências sejam feitas para que um determinado produto ou serviço seja adquirido. Assim, as empresas precisam investir em ações que diferenciem produtos e serviços no mercado, para que esses produtos se tornem competitivos. Nesse contexto, a reponsabilidade social deve ser um fator considerado para a realização de investimentos.

Moyeen e Courvisanos (2012) ressaltam, contudo, que investir em responsabilidade social exige do empreendimento de ações de acompanhamento da execução do projeto determinado para essa prática. Verifica-se a existência de fatores que podem distorcer o planejamento das ações. Por isso, as empresas precisam atentar para a importância desses projetos e avaliar os resultados gerados, identificando as possíveis melhorias a serem realizadas. Além disso, quanto ao setor do turismo, Park et al. (2017) consideram que há a necessidade de maiores investigações sobre o retorno desses investimentos para as organizações. Apesar dessa necessidade, Ma et al. (2017) ressaltam

que, em outros setores, os tomadores de decisão das empresas percebem o investimento em responsabilidade social como uma forma de alavancar a comercialização de seus produtos. Assim, as ações de marketing para a divulgação desses investimentos podem auxiliar as informações a chegar aos clientes e, com isso, incentivar a aquisição de produtos de determinada marca.

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi analisar o comportamento dos indicadores sociais para o mercado de trabalho dos serviços turísticos em Mato Grosso do Sul. Para isso, utilizou-se a metodologia de Avaliação Social do Ciclo de Vida, selecionaram-se as variáveis para cada subcategoria de impacto, constituindo o inventário social a partir das informações coletas na Rais e no Dataprev, período 2006 a 2015 e 2006 a 2014 respectivamente.

Dentre as atividades econômicas selecionadas, hotéis e similares é aquela que tem maior contribuição em relação ao número de estabelecimentos e empregos formais criados em Mato Grosso do Sul. Sua concentração de trabalhadores está entre aqueles que recebem entre um e um e meio salário mínimo, assim como a atividade econômica parques de diversão e parques temáticos e outras atividades. Diferenciando-se a atividade jardins botânicos entre outros que possuem a concentração de funcionários em uma faixa maior de pagamento.

Além disso, percebeu-se que a CLT é cumprida em relação à jornada de trabalho, na qual a maioria dos funcionários atuam 44 horas semanais. Observou-se que na maioria dos casos, as atividades laborais são executadas por mulheres, com exceção da atividade econômica jardins botânicos entre outras. Contudo, a média salarial masculina é superior a feminina, bem como na maioria dos casos comparados entre a média salarial paga para brasileiros e estrangeiros, ambos os casos podem representar formas de discriminação. Identificou-se que a maioria dos funcionários possuem como escolaridade o ensino médio. O pagamento da seguridade social aumentou no decorrer dos anos pesquisados.

Em relação à sindicalização, identificou-se a redução do número de funcionários que optam por ser sindicalizado. Essa informação pode significar a redução da participação dos sindicatos no setor do turismo. Acredita-se que esta ação coletiva tende a contribuir com a reivindicação de melhores condições de trabalho. Dessa forma, a redução de pessoas que contribuem com o funcionamento dos sindicatos, pode ser negativa. Ainda, observou-se que a saúde do trabalhador das atividades do turismo, precisa de cuidados em relação à prevenção de acidentes laborais, devido ao aumento do risco de trabalho. Os dados indicam a frequência de acidentes laborais e que estes estão aumentando, principalmente, nas atividades realizadas em hotéis e similares.

Pode-se observar que as organizações do turismo podem investir em ações sociais que contribuam com a qualidade do ambiente laboral dos funcionários, observando as divergências salariais, os cuidados com a saúde e incentivando a participação em sindicatos, entre outras ações que possibilitem que a jornada de trabalho tragam maiores benefícios para aqueles que contribuem com o desenvolvimento dos empreendimentos, dedicando muitas horas semanais para o atendimento de clientes e conseqüentemente para a formação de lucros na empresa.

Como indicativo para pesquisas futuras, tem-se a necessidade de aplicação de pesquisa qualitativa com coleta de dados primários para identificar a percepção dos gestores sobre a necessidade de se investir em responsabilidade social nesse setor. Além disso, conhecer outras medidas que sejam realizadas individualmente, conforme as características dos empreendimentos.

Referências Bibliográficas

ANTHOPOULOU, T.; MELISSOURGOS, Y. Agri-tourism: in between rural change, tourism restructuring and environmental imperatives. In: HOLDEN, A.; FENNELL, D. A. (ed.). **The Rutledge handbook of tourism and the environment**. Hoboken: Taylor and Francis, 2012.

ATELJEVIC, J. Tourism entrepreneurship and regional development. In: ATELJEVIC, J.; PAGE, S. J. (Eds.). **Tourism and entrepreneurship**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. p. 149-171.

AYACH, L. R. et al. Unidades de conservação no Pantanal do município de Aquidauana/MS: uma análise da evolução do uso da terra e cobertura vegetal e suas implicações. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 42, p. 138-154, 2014.

- BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- BERGAMASCHI, M.; RANDERSON, K. The futures of family businesses and the development of corporate social responsibility. **Futures**, v. 75, p. 54-65, 2016.
- BILHA, A. A.; SCHNEIDER, V. E.; ESTERQUILE JÚNIOR, O. Análise da influência turística sobre o comportamento dos peixes no Rio Olho D'Água, Jardim (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, p. 395 – 410, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 6042/2007. Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6042.htm. Acesso em: fev. 2017.
- BRASIL. Portaria n. 76. 2008. Altera o Quadro I da Norma Regulamentadora nº 4. Disponível em: http://www.cpn-nr18.com.br/uploads/documentos-gerais/portaria_76_que_altera_o_quadro_i_da_nr_4.pdf. Acesso em: fev. 2017.
- DURHAM, W. H. The challenge ahead. In: STRONZA, A.; DURHAM, W. H. (ed.). **Ecotourism and conservation in the Americas**. CABI: Wallingford, 2008, p. 265-271.
- EICHENBERG, F. O.; SILVA, C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: normalização em turismo de natureza e a experiência do programa aventura segura. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 6, n. 15, 2013.
- FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. A Oferta turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: o potencial criativo como diferencial competitivo. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2016.
- FARIA, D. M. C. P. **Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual**, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf>. Acesso em: mar. 2020.
- FUNDAÇÃO de Turismo de Mato Grosso do Sul. Dez regiões turísticas de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.turismo.ms.gov.br/10-regioes-turisticas. Acesso em: jan. 2017.
- GETZ, D.; CARLSEN, J. Family business in tourism: State of the art. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 237-258, 2005.
- HOEFLE, S. W. Multi-functionality, juxtaposition and conflict in the Central Amazon: Will tourism contribute to rural livelihoods and save the rainforest? **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 24-36, 2016.
- INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. RPPNs Existentes em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/setores/gerencias/unidades-de-conservacao/reserva-particular-do-patrimonio-natural-rppn/>. Acesso em: jan. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. Instrução Normativa nº 31. 2009.
- JØRGENSEN A. Social LCA - a way ahead? **The International Journal of Life Cycle Assessment**, v. 18, p. 296-299, 2013.
- MACOMBE C.; LOEILLET D. Social life cycle assessment, for who and why? In: Macombe C. (ed.). **Social LCAs: socio-economic effects in value chains**. Cirad, Montpellier, p. 35-52, 2013.

- MARTINELLI, D.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e medias empresas**. São Paulo: Manole, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília, 2010.
- MODESTE, N. C. The impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected Caribbean countries. **Economia Internazionale**, v. 48, n. 3, 1995.
- MELÉ, D. Corporate social responsibility theories. **The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility**, p. 48-82, 2008.
- OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: Annablume, 2006.
- OLIVEIRA, L. D. et al. Caracterização da cadeia do turismo do Mato Grosso do Sul. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 210-299, 2009.
- PEGAS, F. V.; CASTLEY, J. G. Private reserves in Brazil: distribution patterns, logistical challenges, and conservation contributions. **Journal for Nature Conservation**, v. 29, p. 14-24, 2016.
- PLAZA, B. The Return on Investment of the Guggenheim Museum Bilbao. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 2, p. 452-467, 2006.
- REIS, A. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. Concessões nas unidades de conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, p. 376-387, 2017.
- SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**, n. 1, p. 36-59, 2015.
- SHARPLEY, R. **Tourism development and the environment: beyond sustainability?** London: Earthscan, 2009.
- STRONZA, A. The bold agenda of ecotourism. *In*: STRONZA, A.; DURHAM, W. H. (ed.). **Ecotourism and conservation in the Americas**. CABI: Wallingford, 2008. p. 3- 17.
- TRINDADE, L. Uma parceria estratégica a favor da competitividade no Turismo. **Economia & Prospectiva**, 1(4), 33-38, 1998.
- UNEP/SETAC. **Guidelines for social life cycle assessment of products**. Paris: United Nations Environment Program SETAC Life Cycle Initiative United Nations Environment Programmed, 2009.
- UNEP/SETAC. **The methodological sheets for sub-categories in social life cycle assessment (SLCA)**. United Nations Environment Programme, 2011.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre, RS: FEE/UFRGS, 2001.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.